

Penteado, Regina Zanella; Souza, Samuel de
Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas
do trabalho e da cultura docente à docência como profissão
Saúde e Sociedade, vol. 28, núm. 1, 2019, Janeiro-Março, pp. 135-153
Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Associação Paulista de Saúde Pública.

DOI: 10.1590/S0104-12902019180304

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263852010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão¹

Teacher malaise, suffering and sickness: from narratives of teacher work and culture to teaching as a profession

Regina Zanella Penteado^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2357-9380>
E-mail: rzpenteado@uol.com.br

Samuel de Souza Neto^a

 <https://orcid.org/0000-0002-8991-7039>
E-mail: samuel.souza.neto@gmail.com

¹Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001.

^aUniversidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Instituto de Biociências. Departamento de Educação. Rio Claro, SP, Brasil.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma leitura crítica da problemática do mal-estar, dos sofrimentos e dos adoecimentos de professores, vinculada à história do trabalho docente, aos modos de ser/estar na ocupação e à cultura do magistério. A metodologia envolveu revisão narrativa de 12 publicações selecionadas, o que possibilitou identificar os principais aspectos atribuídos às questões: epidemiológicos, de naturalização da problemática na docência, políticas públicas, organização do trabalho docente e identidade profissional docente. A discussão busca apontar as formas de visibilidade e invisibilidade dessa problemática no cenário social e educacional brasileiro, com atenção para o trabalho, a formação de professores e a cultura do magistério mediante os aportes de Maurice Tardif a respeito das “idades do ensino”. O estudo mostra como o mal-estar, o sofrimento e o adoecimento de professores podem exprimir narrativas coletivas da docência marcada pela vocação e pela socialização profissional pela feminização - e como dimensões sociais, históricas e culturais do trabalho docente podem interferir nos modos coletivos de perceber e cuidar do corpo e da saúde e levar ao adoecimento. Por fim, aponta o desafio de se pensar corpo/saúde/bem-estar no âmbito da cultura ocupacional docente, como elementos que substanciam o desenvolvimento profissional e o projeto de profissionalização docente.

Palavras-chave: Educação; Saúde Coletiva; Trabalho Docente; Formação de Professores; Profissionalização Docente.

Correspondência

Regina Zanella Penteado

Av. Dois, 1.571, casa 15, Jardim Claret. Rio Claro, SP, Brasil. CEP 13503-240.



Abstract

This study aims to present a critical analysis of teacher malaise, suffering and sickness related to the history of the teaching work, the ways of acting in this occupation, and the culture of teaching. The methodology involved a narrative literature review of 12 selected publications to identify the main aspects attributed to epidemiological issues, naturalization of the problem in teaching, public policies, teaching work organization and professional identity. The discussion seeks to highlight the forms of visibility and invisibility of this issue in the social and educational scenario in Brazil, with a focus on teacher work and training and the culture of teaching based on insights of Maurice Tardif regarding the ‘ages of teaching’. This study shows how teacher malaise, suffering and sickness can express collective narratives of teachers characterized by vocation and professional socialization through feminization - and how social, historical and cultural dimensions of teaching work can affect the collective ways to perceive and take care of the body and health, and cause sickness. Finally, it highlights the challenge to consider body/health/well-being in the culture of teaching as elements that support professional development and the professionalization of teaching profession.

Keywords: Education; Collective Health; Teaching Work; Teacher Training; Teaching Professionalization of Teaching Profession.

Introdução

No Brasil a literatura acerca dos problemas de saúde e processos de mal-estar, sofrimentos e adoecimentos de professores mostra a prevalência dos transtornos mentais e comportamentais, dos distúrbios da voz e das doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo, os quais atingem os docentes do ensino público e particular de todos os níveis, disciplinas e momentos da carreira (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005). Essa literatura é composta principalmente por pesquisas de diferentes áreas dessemelhantes à de educação (psicologia, psicologia do trabalho, enfermagem, fonoaudiologia, saúde coletiva, educação física, medicina, saúde do trabalhador, otorrinolaringologia, biologia, engenharia, ergonomia e fisioterapia). Geralmente, essas pesquisas são isoladas e apresentam perspectivas, enfoques e recortes específicos das áreas, sem articulação interdisciplinar; elas envolvem sujeitos de unidades escolares/educacionais específicas ou dentro de um limite municipal ou estadual, e priorizam levantamentos epidemiológicos e de queixas/sinais/sintomas, enfatizando as concretudes dos fatores de riscos ambientais, biológicos, físicos e orgânicos presentes nas escolas (Penteado, 2018).

Há, portanto, uma lacuna na literatura - a ser preenchida por estudos que venham a tratar da problemática do mal-estar, dos sofrimentos e dos adoecimentos de professores sob perspectivas mais abrangentes e interdisciplinares e que busquem diálogo com a área de educação nas questões de formação de professores e de profissionalização docente.

O projeto de profissionalização do ensino representa uma tendência que atravessa o século XX e se cristaliza a partir de 1980, comportando ambiguidades, distorções, limitações, tensões e desafios. Por um lado, o processo de profissionalização contribui para destacar a importância da educação para o crescimento econômico e dar visibilidade à formação de professores e à necessidade de se construir uma base de conhecimento para o ensino que possibilite ao magistério passar do ofício à profissão. Por outro lado, as interferências que a globalização, as políticas neoliberais e os organismos internacionais acarretam às reformas

educacionais, ao objeto do trabalho docente e às condições e organização do trabalho dos professores produzem processos de precarização que envolvem: o alinhamento da escola à empresa e dos conteúdos ensinados às exigências do mercado, tendo em vista formar trabalhadores para a obtenção de maior eficiência, produtividade e lucro em uma sociedade competitiva; a educação sendo tratada como mercadoria e as reformas educacionais como políticas públicas, atuando na regulação social e nos ajustes estruturais que contribuem para manutenção das bases do sistema de acumulação; a vinculação dos elementos constitutivos da formação à lógica do mercado e a uma perspectiva flexível, polivalente e utilitarista, que enfatiza as experiências, a formação continuada, a educação a distância (EAD) e a pedagogia das competências; o desenvolvimento de uma cultura performática e de um regime de responsabilização, que agrega controle, inspeções, regulações, prescrições, julgamentos, cobrança por resultados, comparações e amostras de “qualidade” e “promoção”, imputabilidade e prestação de contas, além de concorrência e comparação entre os pares (Ball et al., 2013; Enguita, 1991; Maués, 2014; Oliveira, 2010; Tardif, 2013) - dentre outros processos que intensificam o trabalho docente e corroem a autonomia e autoridade dos professores, produzindo outras formas de subjetividade, num processo dual de reprofissionalização e desprofissionalização (Ball et al., 2013).

Além dessas questões, aspectos culturais são entraves à profissionalização. Figuram entre eles: o mal-estar docente, a desvalorização do professor, a proletarização do magistério e a identificação do trabalho docente ao sacerdócio (Cária; Oliveira, 2014; Tardif, 2013). Para Tardif (2013), a passagem das formas antigas de ensino (vocação e ofício) para as contemporâneas (profissão) requer levar em conta dimensões culturais e de socialização docente para problematizar os processos que tencionam a profissionalização.

Este artigo, na interface saúde-educação, tem por objetivo principal apresentar uma leitura crítica da problemática do mal-estar, dos sofrimentos e adoecimentos de professores, vinculada à história do trabalho docente, aos modos de ser/estar na ocupação e à cultura do magistério. A orientação

inicial do estudo é dada por estas questões: como se apresenta, na literatura, a problemática do mal-estar, dos sofrimentos e adoecimentos de professores? Quais são os principais aspectos abordados e enfoques atribuídos à problemática? Quais são as formas de visibilidade e invisibilidade da problemática? Essa problemática, bem como as maneiras dos professores perceberem, lidarem e cuidarem do seu corpo e da sua saúde, estaria, de alguma forma, vinculada à história do trabalho docente, aos modos de ser/estar na ocupação docente e à cultura do magistério?

Percorso metodológico

O quadro metodológico tem como foco a revisão narrativa acerca do mal-estar, dos sofrimentos e dos adoecimentos de professores, visando identificar alguns dos principais aspectos/enfoques atribuídos à problemática. A revisão narrativa se constitui no mapeamento, na categorização e análise da literatura, permitindo a atualização do conhecimento sobre uma temática e a discussão de determinado assunto sob o ponto de vista teórico ou contextual, bem como a identificação de enfoques, lacunas e perspectivas para estudos futuros. Cabe entender que a revisão narrativa não exige protocolos rígidos e explícitos de busca e seleção, nem demanda necessidade de esgotamento das fontes (Vosgerau; Romanowski, 2014).

O levantamento de dados desta revisão narrativa foi realizado de janeiro a março de 2018, por meio de pesquisa integrada na base SciELO com os seguintes termos: “mal-estar docente”, “bem-estar docente”, “sofrimento de professores”, “adoecimento de professores” e “saúde de professores”. Não houve restrição de período de publicação e não foi dada predileção por estudos originários de nenhuma área, linha e/ou abordagem teórico-conceitual ou língua. Essa busca inicial resultou em 97 publicações, sobre as quais foram aplicados critérios de seleção que implicam exclusões e inclusões:

- Critérios de exclusão - foram desconsiderados os estudos com base em levantamentos que envolvem professores de localidades pontuais ou grupos com especificidades (professores de uma escola específica, de um bairro, um município, uma região ou um

- único estado). Também foram excluídas as produções que, dentre os diferentes agentes escolares, não focalizavam os professores (estudos que, mesmo incluindo professores, eram focados nos alunos e seus familiares, nos serventes, nas merendeiras e em outros agentes). Igualmente foram subtraídas as produções que, mesmo referindo professores, distanciavam-se do escopo deste artigo, as produções repetidas, as traduções e os resumos de um texto. Foram excluídas 86 produções.
- Critérios de inclusão - documentos oficiais e estudos de revisão sobre o corpo, a saúde, o mal-estar docente e os sofrimentos e adoecimentos de professores, além de artigos, capítulos de livro, livros ou relatórios de estudo e pesquisas que tratam da temática a partir de levantamentos envolvendo professores de um conjunto de estados da Federação (parcial ou total) do Brasil, abrangendo tanto professores da educação básica quanto da educação superior. Foram incluídas 11 produções.

Resultante da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, obtiveram-se 11 produções, às quais foi acrescida a obra de Codo (1999) - o primeiro estudo brasileiro, exaustivo e abrangente que trata das relações entre adoecimento de professores e questões sociais, institucionais e da organização e gestão do trabalho nas escolas.

Assim, 12 produções integram a revisão narrativa. O próximo tópico apresenta os resultados em forma de quadros. A discussão, no item subsequente, inicialmente considera as formas de visibilidade e invisibilidade pelas quais a problemática é expressa no cenário social e educacional brasileiro e, posteriormente, é ampliada na relação com caracterizações do trabalho docente e da cultura do magistério fundamentadas, sobretudo, nestes aportes: (1) as três “idades do ensino” - as concepções de ensino como vocação, ofício e profissão (Tardif, 2013); (2) a socialização profissional docente pela via da feminização (Lopes, 1991; Melo; Valle, 2013; Tardif, 2013); e (3) o processo de formação e desenvolvimento profissional de professores (Nóvoa, 2017).

Problemática do mal-estar docente e dos sofrimentos e adoecimentos de professores: resultados da revisão narrativa

As obras desta revisão narrativa diferem entre si pelo tipo e pela área de publicação, pelo tipo de estudo e metodologia empregada e pelos elementos focalizados (Quadro 1).

É possível observar que as produções ocorrem esparsamente a partir do ano de 1999, inicialmente com intervalo de três anos, reduzido até duas publicações no mesmo ano. A exceção da obra de Codo (1999), os problemas de saúde, de mal-estar docente e sofrimentos e adoecimentos de professores são abordados tangencialmente nos primeiros estudos, passando a assumir centralidade a partir da pesquisa de Zambon e Behlau (2009).

Não há repetição de autoria nem de grupos de pesquisa, o que mostra que a temática suscita a atenção e o interesse de pesquisadores diversos pelo país.

As publicações, inicialmente em forma de relatórios de pesquisa e livros, assumiram, com o passar do tempo, a forma de artigos em periódicos científicos - o que afirma ser crescente o interesse, a importância e o *status* de cientificidade atribuídos à temática. Cabe observar que, dentre os nove periódicos que veicularam as produções, a maioria (seis) é da área de educação, seguida por saúde coletiva (duas publicações recentes) e educação física (um periódico). É curioso que as publicações derivadas de pesquisas empíricas mais restritas e focalizadas com professores são predominantes em outras áreas, enquanto as publicações de estudos de revisão predominam em periódicos da área de educação.

Quanto ao tipo de estudo, três publicações são pesquisas de caráter epidemiológico, sendo a maioria (nove) estudos de revisão; são distintas as fontes utilizadas e os critérios de busca. As buscas em periódicos se valeram principalmente das bases SciELO (Bezerra; Moreira, 2013; Pereira et al., 2009) e do portal da Capes (Sanches; Gama, 2016; Silveira et al., 2014). A BVS foi acessada em dois estudos publicados em periódicos da área de saúde coletiva (Cortez et al., 2017; Santana;

Neves, 2017). Um periódico específico da área de educação foi focalizado apenas no estudo de Lüdke e Boing (2007) e a Anped, somente em um estudo (Sanches; Gama, 2016). Buscas exclusivamente em

teses, dissertações, livros e coletâneas ocorreram no estudo de Souza e Leite (2011). A base Education Resources Information Center (Eric) – específica da área de Educação – não foi consultada.

Quadro 1 – Caracterização das publicações que integram a revisão narrativa

Revisão	Caracterização		
Autor/ano	Tipo e área de publicação	Método	Elementos principais
Codo (1999)	Livro	Pesquisa nacional: 52.000 professores e trabalhadores da educação	Destaca, dentre as questões de saúde, os transtornos mentais e comportamentais (ansiedade, estresse, depressão, exaustão emocional, <i>burnout</i>), os distúrbios da voz e as doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo. A pesquisa aponta que 48% dos educadores têm algum sintoma de <i>burnout</i> , e que um a cada quatro deles apresenta exaustão emocional, sendo que a maior insatisfação e falta de comprometimento é encontrada em professores nos primeiros anos de trabalho. Porém, 90% dos trabalhadores estão satisfeitos com seu trabalho. Aspectos que merecem atenção: (1) importância das relações sociais no trabalho, da socialização, da rede de apoio e suporte social, na docência, para a subjetividade e melhoria na relação com o trabalho e a satisfação, da ampliação das possibilidades de ajustamentos e das condições de lidar com conflitos e situações estressantes, bem como da qualidade de trabalho e da promoção da saúde e do bem-estar no trabalho; e (2) o trabalho do professor, que é desenvolvido nas tensões entre prazer e sofrimento. Como origem do sofrimento no trabalho docente, o estudo aponta as relações sociais e o conflito afeto/razão, encalacrado entre a liberdade de controle do seu meio e a imposição cruel desse mesmo controle (três eixos produtores de <i>burnout</i>). A obra tece ainda uma comparação entre o trabalho docente e o fabril, distinguindo-os especialmente no que se refere à não alienação do professor em relação ao seu trabalho, com relativa autonomia e controle sobre as atividades.
CNTE (2003)	Relatório de pesquisa	Pesquisa: professores da educação básica de vários estados	Constatou a ocorrência de problemas de saúde em 30,4% dos professores, de cirurgias em 43,7% e de licenças médicas em 22,6%. Além disso, registrou 83% da categoria como composta por mulheres.
Lüdke; Boing (2007)	Artigo em periódico * Educação	Revisão: periódico <i>Educação & Sociedade</i> (100 números)	O estudo aponta para as complexidades, os enigmas, as ambivalências e as contradições da profissão. A questão do mal-estar docente é indireta e rapidamente mencionada. As autoras referem que a compreensão do mal-estar docente demanda atenção para o funcionamento das organizações e para os discursos e representações sobre o trabalho que emerge do individualismo contemporâneo. Porém, encontra-se velada ou implícita, na quase totalidade dos artigos, a questão da especificidade da função do magistério, deixando em aberto a discussão da identidade profissional e da tensão entre as dimensões individual e coletiva da profissão docente. A revisão não identificou artigos sobre a relação do trabalho com o corpo e os processos de sofrimento e adoecimento de professores.

continua...

Quadro 1 – Continuação

Revisão	Caracterização		
Autor/ano	Tipo e área de publicação	Método	Elementos principais
Zambon; Behlau (2009)	Livro (e-book)	Pesquisa epidemiológica: professores da rede básica (27 estados brasileiros)	O estudo constatou a presença elevada de cinco ou mais sintomas vocais em 35% dos professores, ressaltando a severidade dessa condição, e identificou sintomas de problemas vocais relacionados ao trabalho em 80% deles: mostraram-se os males de cansaço vocal (92,8%), desconforto para falar (90,4%), esforço para falar (89,2%), garganta seca (83,4%), dificuldade para projetar a voz (82,8%) e rouquidão (82,2%). A gravidade da situação é distorcida na interpretação dos professores, já que muitos deles percebem esses sinais e sintomas vocais como parte integrante da caracterização profissional. Os professores relataram a presença de problemas de voz (63%), sendo 39,9% em situação crônica; no entanto, a procura por ajuda profissional especializada se deu em 34,5% dos casos. O estudo evidenciou uma demanda por ações de promoção da saúde vocal.
Pereira et al. (2009)	Artigo em periódico * Educação física	Revisão: Bases: SciELO, PubMed, Medline e Lilacs	O estudo associa as condições de trabalho do professor às altas taxas de morbidade (envolvendo nervosismo, ansiedade, <i>burnout</i> , distúrbios da voz e problemas osteomioarticulares), apontando lacunas: há concentração de estudos em alguns estados (Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul), deixando muitas realidades sem cobertura. Faltam pesquisas, políticas públicas e intervenções com ênfase na organização do trabalho na escola.
Souza; Leite (2011)	Artigo em periódico * Educação	Revisão: Teses, dissertações, livros e coletâneas baseados em pesquisas sobre condições de trabalho e saúde de professores da educação básica no Brasil (1997-2006)	O estudo identificou que a saúde mental foi o aspecto mais estudado em pesquisas da psicologia e das ciências médicas e biológicas. A análise da organização do trabalho docente emerge como questão central para o tema, assim como a relevância das análises das novas exigências profissionais que recaem sobre os professores, dos novos desafios sociais que a eles se apresentam e das defesas criadas pelos professores, com seus limites e possibilidades de protegê-los(as) das situações mórbidas que os rodeiam, como disfunções vocais, estresse, depressões e outras. O estudo também mostrou que as pesquisas buscam embasamento e dialogam com as importantes contribuições do referencial teórico metodológico da psicopatologia do trabalho (de Christophe Dejours) e estudos sobre o mal-estar docente (de José Maria Esteve) – com exceção das pesquisas das ciências biológicas, que continuam apoiando-se em bases da epidemiologia e da saúde ocupacional de maneira desvinculada do entorno social. Destaca, ainda, que os estudos da área de humanas (com exceção da psicologia social) se mostram com pouca habilidade para trabalhar os problemas relacionados à saúde. Por outro lado, as pesquisas da área biológica têm dificuldade em tratar o problema a partir de suas características sociais. Assim, as pesquisas continuam entendendo os problemas relacionados à saúde do professor muito mais como um processo biopsíquico do que como um processo social. Há dificuldade em trabalhar o problema a partir de uma perspectiva interdisciplinar. O estudo apresenta diversos trabalhos centrados nas questões de estresse e <i>burnout</i> . Identifica que a discussão sobre trabalho e saúde do professor avançou significativamente no período investigado, e que as pesquisas realizadas contribuem com o tema em inúmeros aspectos.

continua...

Quadro 1 – Continuação

Revisão	Caracterização		
Autor/ano	Tipo e área de publicação	Método	Elementos principais
Bezerra; Moreira (2013)	Artigo em periódico * Educação	Revisão: Base: SciELO Artigos sobre corpo e educação (2008-2012)	O estudo mostrou que as pesquisas que tratam da relação entre corpo e educação não focalizaram professores: estão centradas no processo de ensino e aprendizagem do alunado de educação física, psicologia, língua portuguesa e arte. Os professores estão apartados dos estudos sobre corpo e saúde. As publicações confluem na referência ao corpo como linguagem e na preocupação com visões fragmentadas, reducionistas e dicotomizadas sobre ele. Os professores necessitam de formação que lhes possibilite uma compreensão de corpo em sua integralidade.
Silveira et al. (2014)	Artigo em periódico * Educação	Revisão: publicações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 2006-2011)	Identifica que os professores constituem uma classe profissional bastante exposta ao estresse e aponta a necessidade de práticas avaliativas e interventivas que ajudem a compreender os processos que favorecem o bem-estar docente, a partir de técnicas direcionadas às mudanças no ambiente de trabalho, à reorganização institucional, ao desenvolvimento de habilidades individuais e à manifestação de recursos de <i>coping</i> adequados às diferentes demandas e realidades de trabalho.
Pioli; Silva; Heloani (2015)	Artigo em periódico * Educação	Revisão: pesquisas sobre efeitos no trabalho e na saúde docente gerados pelas reformas educacionais e políticas gerencialistas centradas em metas e indicadores	O estudo identificou aspectos contextuais e ideológicos que envolvem a transposição de conceitos do setor privado-empresarial para as instituições educacionais (autonomia, qualidade, metas e produtividade), bem como algumas metas do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), explicitando alinhamentos às medidas gerenciais e aos modelos de avaliação heterônoma, prevalecendo uma lógica institucional baseada em sociabilidade produtiva. Segundo os autores, o discurso da qualidade e da eficiência oculta processos de controle e manipulação da subjetividade docente. Além disso, a gestão heterônoma e quantofrênica produz fragilização política e gera estresse e adoecimento. A regulação avaliativa punitiva incita o individualismo e instaura a competitividade mórbida. As relações de trabalho tendem a se atrelar à racionalidade heterônoma, ao passo que as metas idealizadas e abstratas se afastam do cotidiano e se configuram como algo inatingível a não ser pela geração de fadiga, sofrimento, estresse e conflitos nas relações de trabalho. Os autores entendem que a aproximação das instituições educacionais à racionalidade instrumental é geradora de conflitos, frustrações, sofrimento, estresse e/ou adoecimento docente – e concluem pela necessidade de se problematizar o contexto político atual das reformas educacionais, o qual não se mostra favorável para a concretização dos avanços necessários e acarreta prejuízos à saúde e ao bem-estar docente.

continua...

Quadro 1 – Continuação

Revisão	Caracterização			
	Autor/ano	Tipo e área de publicação	Método	Elementos principais
Sanches; Gama (2016)		Revisão: portal da Capes e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) Teses, dissertações e artigos	Artigo em periódico * Educação	O estudo apresenta um panorama do mal-estar docente que aponta o problema como traço da profissão, reunindo diversos fatores geradores de frustração, desencanto, desmotivação, insatisfação e mal-estar, desencadeando processos de desinvestimento profissional, desejo e abandono da docência, adoecimentos e estratégias de enfrentamento, como distanciamento físico ou psicológico do trabalho. São eles: relações com os alunos, intensificação do trabalho (ampliação do papel profissional com novas tarefas e desafios), precarização do trabalho, falta de apoio e partilha com os colegas, pressões e cobranças do entorno escolar, organização da escola e do trabalho que dificulta vínculos necessários, pouca participação nas decisões de ensino, excesso de burocracia, controle externo do trabalho, falta de apoio pedagógico e reconhecimento do trabalho pelas instâncias superiores, escassez de recursos materiais, falta de incentivo ao aprimoramento e dificuldade para admitir aos colegas os problemas com a profissão. Outros aspectos são ainda referidos como geradores do mal-estar docente: as exigências da escolarização e inserção profissional numa sociedade competitiva e de evolução acelerada afetam a escola com um conjunto cada vez mais alargado de funções, que exigem do professor resposta às aspirações educativas, além das pressões e cobranças por indicadores e índices aferidos por um modelo empresarial marcado pela busca da eficácia e eficiência. Esses e outros aspectos demandam repensar a formação de professores na interação com instâncias sociais, culturais e políticas.
Cortez et al. (2017)		Revisão: Base: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS, Psicologia) –publicações sobre a saúde no trabalho docente (2003-2016)	Artigo em periódico * Saúde coletiva	O estudo retrata um ciclo de sofrimento, desestruturação psíquica, problemas vocais e outras formas de adoecimento físico e mental que acomete professores no trabalho docente, e mostra o predomínio de publicações nas áreas de fonoaudiologia e psicologia. Nas pesquisas, de caráter qualitativo, há maior ocorrência da perspectiva sociointeracionista e de uma compreensão da saúde do professor como um processo biopsicossocial. Já a presença da psicodinâmica do trabalho indica a preocupação com a implicação da subjetividade na constituição do processo saúde-doença dos professores. Outras articulações permitem inferir que o trabalho é compreendido nas investigações como um dos determinantes sociais do processo de saúde-doença. Em geral as pesquisas evidenciam o adoecimento docente na atualidade e apontam a necessidade de desenvolvimento de ações referentes à reorganização do trabalho docente e a promoção de saúde do professor. Nessa linha, o estudo constata a importância de privilegiar a multideterminação do processo de saúde-doença no trabalho docente, as compreensões interdisciplinares sobre o tema e a articulação entre as pesquisas e a realidade de trabalho dos professores, para que se possam desenvolver metodologias e políticas públicas voltadas ao aprimoramento da saúde docente. Os estudos que se propuseram a análises das legislações trabalhistas mostraram que poucos documentos explicitam fatores relacionados às condições e organização do trabalho docente sendo referidos apenas agentes ambientais como ruído, poeira, temperatura e iluminação inadequada. Por fim, indica que faltam pesquisas que substanciem estratégias para a promoção da saúde coletiva dos professores, e que há necessidade de estudos sobre a saúde no trabalho docente na educação infantil, no ensino privado, nos espaços de educação não formais e na EAD que considerem o impacto de elementos contextuais políticos e econômicos em ações, políticas e legislações que fomentem a promoção de saúde no trabalho docente.

continua...

Quadro 1 – Continuação

Revisão	Caracterização			
	Autor/ano	Tipo e área de publicação	Método	Elementos principais
Santana; Neves (2017)	Artigo em periódico * Saúde coletiva	Revisão: BVS –publicações sobre gestão em saúde coletiva (1990-2014)		O estudo identificou apenas quatro produções que apontam alguma assistência por meio da gestão em saúde coletiva, evidenciando que há um discurso e uma realidade silenciados na quase totalidade dos trabalhos. Esse silêncio, apesar de paradoxal, pode sussurrar ideias e indagações, sendo importante levantar a discussão sobre os interesses envolvidos no falar ou no calar sobre o tema. Desse modo, são formuladas estas hipóteses: (1) os programas voltados para professores estão sendo realizados, porém não são divulgados; (2) eles não têm despertado interesse das instituições de pesquisa; e (3) não existem programas que trabalhem com os sofrimentos e adoecimentos de professores no âmbito das políticas públicas. Indicam, assim, a necessidade de ações e políticas que não silenciem a realidade, além de investigações sobre a ausência de gestão da saúde pública e da educação em relação à problemática dos sofrimentos e adoecimentos de professores no trabalho docente. A gestão da saúde do professorado, sob a perspectiva da integralidade, demanda ação conjunta de uma reestruturação educacional. Há necessidade de políticas públicas que contemplam a questão da saúde dos professores.

O Quadro 2 traz a categorização dos aspectos principais abordados nas produções.

Os aspectos identificados guardam relações entre si e serão discutidos no item a seguir, tendo em vista identificar sua invisibilidade e/ou

visibilidade no campo educacional, particularmente nos cenários que dizem respeito às pesquisas, às políticas públicas, às práticas de cuidado/promoção da saúde e aos contextos de formação e do trabalho docente.

Quadro 2 – Principais aspectos das produções analisadas

Conteúdo Aspectos	Descrição
Epidemiologia	As produções em geral afirmam a elevada prevalência de problemas relacionados à saúde mental e vocal e ao sistema locomotor.
Naturalização da problemática na docência	Os estudos afirmam que os professores são apartados dos estudos sobre corpo e saúde e apresentam interpretações distorcidas dos problemas de saúde, como integrantes da caracterização profissional e traços da docência.
Políticas públicas	Por um lado, as reformas educacionais e as influências dos processos de intensificação, flexibilização e precarização do trabalho no mal-estar docente; por outra via, o problema da falta de políticas públicas e de práticas de cuidado e promoção da saúde e do bem-estar dos professores.

continua...

Quadro 2 – Continuação

Conteúdo Aspectos	Descrição
Organização do trabalho docente	Organização do trabalho docente fazendo do contexto educacional um espaço de trabalho adoecedor, lugar de conflitos entre afeto/razão, autonomia e controle, com as relações sociais entre professores e demais agentes do campo educacional envolvendo dificuldades de interação e de admitir, aos colegas e superiores, os problemas enfrentados na profissão. Há falta de apoio e de partilha entre os colegas e falta de reconhecimento do trabalho docente por gestores e outras instâncias hierárquicas superiores; por outro lado, há a afirmação da importância das relações sociais no trabalho docente e da rede de apoio e suporte social para potencializar a qualidade do trabalho e promover a saúde e o bem-estar dos professores.
Identidade docente	Identidade profissional docente na tensão entre aspectos individuais e coletivos, subjetivos e sociais

Aspectos da problemática e sua invisibilidade e/ou visibilidade no campo educacional

É interessante observar o predomínio de pesquisas empíricas pela psicologia e fonoaudiologia e de revisões da literatura pela educação. O tema ganha visibilidade crescente, mas carece de uma abordagem interdisciplinar (Souza; Leite, 2011).

As publicações afirmam a elevada prevalência de problemas relacionados à saúde mental (Codo, 1999; Silveira et al., 2014), à saúde vocal (Zambon; Behlau, 2009) e ao sistema locomotor, além de outras formas de sofrimento e mal-estar docente. Os estudos corroboram pesquisas internacionais (Esteve, 1999, 2014; Pino Juste, 2018).

A prevalência de distúrbios vocais em professores é mais alta do que em outros profissionais, e os docentes são aqueles que recebem mais atenção nos estudos epidemiológicos e nas discussões a respeito do distúrbio de voz considerado como agravo relacionado ao trabalho (Ferreira; Märtz, 2010; Ferreira; Silva; Giannini, 2015).

Contudo, o enfoque epidemiológico pode ocultar outras facetas e dimensões da problemática. Os estudos sobre psicopatologia do trabalho e psicodinâmica do trabalho de Dejours (1992, 1994)

contribuem para a compreensão dos processos de prazer, saúde, sofrimento e adoecimento no trabalho e inauguram um paradigma teórico pautado na organização do processo de trabalho e nos diferentes tipos de sofrimento físico e psíquico que ela impõe aos trabalhadores. São algumas de suas assertivas: a saúde/doença dos trabalhadores se dá num *continuum* com tênues limites entre uma situação e outra, sendo elas passíveis de reversibilidade; o sofrimento possui uma dimensão dinâmica que enseja um esforço criativo de transformação; e o trabalhador participa, individual e coletivamente, desse processo, desenvolvendo papel importante na produção de sistemas defensivos quando busca criar condições para a preservação da saúde, mesmo em condições bastante adversas. Dejours observa a forma de determinados segmentos de trabalhadores se relacionarem com a doença: a reticência em falar da doença e do sofrimento e a tendência a esconder o fato do adoecimento ou desprezá-lo até que ele se exprima por sintomas por demais evidentes; a vivência da doença percebida como condenável, vergonhosa e, de certa forma, até culposa, comumente como expressão de preguiça ou vagabundagem, já que significa ruptura do trabalho; uma lógica orientada não para evitar a doença, mas sim domesticá-la, contê-la, controlá-la, aprender a viver com ela; a resignação a buscar um profissional

e um serviço de saúde é condicionada à necessidade de que a doença tenha atingido gravidade tal que impeça a continuidade da atividade profissional. Uma ideologia da vergonha envolve no silêncio tudo o que diz respeito ao corpo: a sexualidade, a gravidez, a doença - sendo aceito somente o corpo produtivo. Uma ideologia defensiva é elaborada coletivamente contra a ansiedade da vergonha de estar doente ou de estar em um corpo incapacitado para trabalhar, e mecanismos de defesa individuais e coletivos buscam mascarar, conter e ocultar essa ansiedade (Dejours, 1992, 1994).

Outra contribuição relevante do autor diz respeito à ideia de carga psíquica, que deriva do conflito entre o projeto espontâneo do trabalhador e a organização do trabalho. É, de certa forma, a vontade do outro que limita a realização do projeto do trabalhador e prescreve um modo operatório preciso, ao mesmo tempo em que reparte o trabalho entre os trabalhadores e recorta, de uma só vez, o conteúdo da tarefa e as relações humanas de trabalho. Assim, a organização do trabalho ganha relevância e, em se tratando de carga psíquica, aumenta quando a sua liberdade diminui - isto é, uma organização autoritária conduz à elevação da carga psíquica. Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível; quando o trabalhador não tem liberdade para rearranjar seus modos operatórios de maneira a encontrar os gestos que são capazes de lhe fornecer prazer ou diminuir sua carga psíquica de trabalho; quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada; quando as capacidades de contenção transbordam - então começam os sentimentos de desprazer, a tensão e o sofrimento, e a energia recua para corpo - a fadiga (tradução não específica da sobrecarga física ou psíquica) acaba tendo interpretação somática. Ademais, há que se observar que a subjetividade da relação homem-trabalho tem efeitos diversos, os quais podem se concretizar no absenteísmo, nas greves e até mesmo no presenteísmo ou no engajamento excessivo a uma tarefa (Dejours, 1992, 1994).

Oliveira e Sá (2002) identificaram certo narcisismo invertido, próximo da vivência masoquista, em professores que apresentam imaginário do próprio trabalho como sacrifício, com

tendência à doação e ao sofrimento como fenômeno deformacional de negação do prazer e de renúncia ao tempo de lazer. As autoras entendem que o professor precisa ressignificar o ócio e o lúdico, incorporando-os ao cotidiano, além de estabelecer vínculos mais intensos com o próprio corpo, inclusive no âmbito do trabalho. Corroborando essa compreensão, Vieira, Gonçalves e Martins (2016) analisaram o presenteísmo de professoras adoecidas e concluíram que, nas tensões do trabalho docente com a saúde, prevalecem discursos que naturalizam a ideia do trabalho docente como vocação, sacerdócio, doação e sacrifício, constituídos em um *ethos* pastoral missionário de salvamento das crianças. As autoras realçam que as questões concernentes ao corpo, à saúde e à vida deveriam integrar a cultura docente, sua valorização e a qualidade da educação. As maneiras de os professores lidarem com seu processo de saúde-doença envolvem, ainda, considerar dois aspectos distintos: o absenteísmo - afastamento das atividades docentes - e o presenteísmo - trabalho exercido pelos professores mediante situações de sofrimento/adoecimento, por vezes à base de automedicação (Meireles et al., 2016; Vieira; Gonçalves; Martins, 2016). Nessa esteira, a readaptação funcional também demanda atenção: as professoras procuraram por ajuda médica somente no limite de suas forças, quando a situação de mal-estar fica insuportável e outros mecanismos de defesa, por elas próprias engendrados, já não dão conta (Brito et al., 2001). Destarte, é preciso levar em conta que processos como a automedicação, a medicalização, o absenteísmo, o presenteísmo e a readaptação funcional, na medida em que sejam conhecidos e compreendidos, podem contribuir para elucidar dimensões obscurecidas e para ampliar a visibilidade da problemática. Lantheaume (2012) postura que abordar o trabalho dos professores do ângulo das defesas que eles constroem diante da adversidade profissional impõe observar a atividade cotidiana do trabalho docente, verificando as formas mais apropriadas de resistência, de adaptação aos imprevistos, de discernimento dos arranjos eficazes, de ajustes aos projetos e o emprego dos gestos nas situações, de assumir diferentes papéis, de construir argumentações aos diversos destinatários, enfim, de lidar com o real

e, ao mesmo tempo, transformá-lo - considerando essas, dentre outras vias possíveis para se evitar os perigos do esgotamento e da perda de sentido da ação, pelos professores.

No tocante à naturalização da problemática do mal-estar e dos sofrimentos e adoecimentos na docência, estudos mostram que professores têm dificuldades em perceber o processo de saúde-doença no trabalho e demoram para buscar serviços de atenção à saúde - e quando o fazem, apresentam pouca aderência aos tratamentos e às formas de cuidado (Biserra et al., 2014; Souza et al., 2014). Além disso, os professores nem sempre valorizam as necessidades de prevenção e promoção da saúde e apresentam uma cultura de naturalização dos problemas à condição de ser/estar professor (Arbex; Souza; Mendonça, 2013). Ademais, Cortez et al. (2017) destacam a passividade e a delegação de responsabilidades a terceiros quando se trata da prevenção e da promoção da saúde docente. O professor, na condição de cuidador dos alunos, tem pouca aptidão para ser cuidado! (Silva; Heloani, 2009). Há invisibilidade do cuidado e da promoção da saúde na cultura docente; do mesmo modo, há negligéncia do bem-estar docente na organização do trabalho escolar (Fantini; Ferreira; Trenche, 2011).

As escolas sediam uma série de programas e ações para promoção da saúde de crianças e adolescentes, nos quais os professores configuram importantes mediadores - contudo, eles não têm sido considerados como atores ou protagonistas da aprendizagem referente a sua própria saúde (Bicudo-Pereira et al., 2003; Fantini; Ferreira; Trenche, 2011). A organização do trabalho docente e a promoção do bem-estar, do cuidado e da saúde do professor são tópicos que permanecem intocados nas políticas públicas e nas reformas educacionais (Cortez et al., 2017). Também não costumam ser observados itens voltados para o cuidado, a saúde e o bem-estar docentes nas pautas reivindicatórias de movimentos de professores. No entanto, algumas iniciativas recentes focalizam a voz e a saúde vocal do professor:

(1) Ferreira et al. (2009) elaboraram uma caracterização das leis brasileiras orientadas para a voz do professor e identificaram 22 documentos na esfera estadual (região

Sudeste) propondo parcerias entre Secretarias de Saúde e Educação para oferecimento de um curso teórico-prático anual ministrado por um fonoaudiólogo e tratamentos fonoaudiológicos e/ou médicos para os casos de distúrbios da voz. Assim, a crítica de Cortez et al. (2017) é oportuna: a legislação enfatiza o modelo curativo em detrimento da promoção de saúde;

- (2) em agosto de 2018, a Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador do MS lançou o documento *Distúrbio de voz relacionado ao trabalho* (DVRT), o qual oferece recomendações e parâmetros para a Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) e a Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador (Renast), com o objetivo de identificar e notificar casos de DVRT e orientar ações da Visat, a fim de promover mudanças nos ambientes e processos de trabalho, visando a melhoria da qualidade de vida do trabalhador nos processos relacionados à voz. São fatores de risco do DVRT: (1) aqueles relacionados à organização do trabalho; (2) aqueles relacionados ao ambiente de trabalho; e (3) aqueles relacionados ao indivíduo. O documento representa um avanço importante, de modo a dar visibilidade ao DVRT nas bases do Sistema Único de Saúde (SUS), para facilitar o seu reconhecimento como problema de saúde pública/saúde do trabalhador e favorecer medidas de promoção da saúde vocal docente. Contudo, os professores são referidos como público-alvo das ações de Visat, protagonizadas pelas equipes do SUS, e não como parceiros;
- (3) em julho de 2017, a Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Lei nº 2.776/2011, que institui a Política Nacional de Saúde Vocal, de modo a garantir, no SUS, a atenção a professores e demais profissionais da voz. O projeto prevê avaliação anual com otorrinolaringologista, psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social, além de ações de reabilitação e treinamento vocal e incentivo à adoção de tecnologias de ensino

que reduzam o esforço vocal. O projeto é indicativo de avanços, mas comporta limitações: prioriza a saúde vocal em detrimento de outras dimensões da saúde e do bem-estar docente, e desconsidera o protagonismo do professor. Ao prever a atuação de profissionais da saúde em ações de informações, cuidados e tratamentos que têm como alvo o docente, faz emergir representações sobre o professor como alguém que tem muito a ouvir/receber e nada a dizer/oferecer, e como alguém que é incapaz de discutir sobre seu próprio cuidado, sua saúde e bem-estar ou mesmo dos seus colegas. Ou seja: nem mesmo nos projetos destinados à atenção para o cuidado e a saúde docente os professores ganham visibilidade e protagonismo!

As análises e discussões empreendidas deixam clara a invisibilidade da temática que envolve o corpo, o cuidado, a saúde e o bem-estar de professores nas pesquisas, nas políticas, nas práticas de saúde na escola, nas práticas de cuidado e nos contextos de formação e trabalho docente. Essa invisibilidade produz inquietações que se desdobram em perguntas que potencializam o alargamento da discussão a partir de relações com algumas das caracterizações do trabalho docente e da cultura do magistério: quais forças configuram entraves e dificultam, aos professores a atenção e a discussão referente às temáticas atinentes ao próprio corpo e à promoção da saúde e do bem-estar docente? Que aspectos da história da docência interferem nesses processos? O processo de saúde-doença-cuidado de professores pode, também, comportar uma dimensão de narrativa da docência?

O corpo, a saúde e o bem-estar dos professores: narrativas do trabalho e da cultura docente para pensar docência como profissão

O ensino escolar, tal como o conhecemos hoje, surgiu na Europa dos séculos XVI a XVIII, no contexto da Reforma Protestante e da Contra-Reforma

Católica. É no âmbito das comunidades religiosas cristãs que surgem as primeiras escolas promovendo a sistematização do ensino e do trabalho de ensinar. A educação cristã trouxe contribuições sociais significativas ao reconhecer a criança (Jesus foi criança) e a mulher (Maria era mãe de Jesus), tendo por missão tornar toda a sociedade educadora da humanidade. Contudo, a educação cristã tem como modelo o ideal de perfeição (“sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai que está nos céus”), o que, se levado pontualmente, gera uma pedagogia de repressão, autocontrole, disciplina, luta contra si mesmo e governo de si e da comunidade - que encontra, na caridade, na doação e no sofrimento as vias de redenção (Cambi, 1999).

O estudo de Rodrigues (2001) ajuda a compreender as formas de uso do corpo nas relações com os processos históricos, culturais e educacionais que, na Europa nos anos 1500, difundem o controle e o disciplinamento do corpo no âmbito religioso, o que acaba por impregnar a cultura docente. Associado à matéria, à carne, ao instinto, ao desejo e ao pecado, e visto em oposição à alma (esta ligada ao espírito, à abstinência, ao sacrifício e à sublimação) - ao corpo a educação cristã delegava papel secundário e afirmava uma cultura dualista e maniqueísta a ele relacionada. Além disso, há que se considerar a influência da ética protestante do trabalho árduo, da disciplina e da frugalidade a pesar na configuração dos processos identificados por Dejours (1992, 1994): há reticência dos trabalhadores em falarem da doença e do sofrimento, bem como tendência de esconderem e desprezarem o adoecimento, envolto na vergonha e no silêncio de tudo o que diz respeito ao corpo.

Ao olhar para as concepções que fundamentam e desenvolvem uma reflexão acerca do ensino, Tardif (2013) apresenta o mosaico das “idades do ensino” como referências importantes para pensar o estatuto dos professores e suas condições de trabalho. O autor observa que a evolução do ensino não ocorre de forma linear, mas com continuidades, desvios, retrocessos e convivências entre formas antigas (vocação e ofício) e contemporâneas (profissão) que podem ser encontradas em vários países, especialmente na América Latina e no Brasil. Para Tardif, as transições, da “idade da vocação” para a

“idade do ofício”, e dessas para a “idade da profissão”, provocam tensões, resistências e oportunismos.

A “idade do ensino como vocação” se dá entre os séculos XVII e XIX, sob a influência da Igreja. Na idade da vocação, ensinar era um dom, uma profissão de fé, uma missão ou doação ser cumprida em tempo integral e a serviço de Deus. O ensino era baseado no caráter moral e nas tradições pedagógicas das comunidades religiosas. Tinha as práticas orientadas para a disciplina e o controle das crianças e do corpo (permanecer sentados na classe sem se mexerem, respeitando as instruções e mantendo sob controle a postura, a elocução, os gestos e outros comportamentos), sendo comuns as punições e os castigos físicos severos. Essa visão vocacional impregnou o trabalho e a cultura docente, as práticas de ensino, as interações, os saberes docentes e os processos de formação, socialização e identidade profissional, no âmbito das escolas e das comunidades religiosas daqueles tempos. Essa visão passou a ter influência profunda e durável sobre as concepções posteriores da docência e do trabalho docente e perdura até os dias atuais (Tardif, 2013).

Com o sentimento missionário e vocacional, também os estereótipos sexuais são orientadores das escolhas das professoras. A unificação do corpo docente, dimensão fundamental da socialização profissional, na realidade brasileira, ocorre pela feminização. A escolarização das meninas revela desigualdades sociais e econômicas, marcadas por jogos de poder, hierarquias, preconceitos e discriminações que demarcaram espaços e papéis da mulher na sociedade, sob os estereótipos de sociabilidade, sensibilidade, autocontrole, organização, afetividade, capricho, discrição, timidez, paciência, compreensão, obediência, submissão, docilidade, delicadeza, abnegação, desprendimento, devoção e sacrifício, dentre outros (Lopes, 1991; Melo; Valle, 2013). Lopes (1991, p. 26) explicita, em parte, tais colocações em normativas de condutas e deveres de professoras: “alguns defeitos devem ser evitados: o orgulho e o desejo de promoção; o amor próprio, o cuidado consigo mesma, de suas próprias satisfações”.

A “idade do ensino como ofício” ocorreu nos séculos XIX e XX, na perspectiva da formação das

repúblicas, com a educação pública (primeiramente ensino primário e, depois, secundário) passando ao controle estatal, com caráter laico, disciplinar e autoritário, tendo por objetivo a formação do súdito, militar e funcionário. A tarefa de ensinar passa a ser considerada um trabalho, sendo consolidada a imagem do professor como promotor da nova ordem social e política, porém mantendo-se um modelo docente próximo ao de um padre que, para obter a licença para lecionar, deveria preencher certas condições, como idade, habilidades e comportamento moral (contudo, a criação das escolas normais, como instituições de formação de professores, só se realiza no século XIX).

Por sua vez, a “idade do ensino como profissão” se dá nos séculos XX e XXI, a partir dos anos 1980, quando o ensino é visto como atividade profissional que exige um corpo de conhecimentos, autonomia e formação universitária.

Assim, em que pesem o contexto e a historicidade, a identidade profissional docente ora se encontra ancorada em um passado vocacional e missionário, ora se reconhece como ofício e ora se dobra à profissão, carregada dos resquícios neoliberais (Lefone, 2016).

Ao considerar as circunstâncias que conferem o trabalho docente como vocação (uma concepção de educação cristã) -, que tem o ensino como missão e dedicação, a serviço das crianças, e que encontra na professora o modelo moral de virtude e perfeição, caracterizando posturas de submissão, abnegação e doação, predicados associados a uma cultura maniqueísta (que difunde o controle, a condenação, a repressão e o disciplinamento do corpo no âmbito religioso) e à feminização, aspectos impregnados à cultura docente -, somos levados a considerar a possibilidade de os professores, pela via dos seus corpos esquecidos, negados, controlados, disciplinados, sofridos e adoecidos, estarem expressando (para si, para o sistema educacional e para a sociedade) uma das facetas resultantes de uma socialização profissional que perpetua a visão vocacional da docência.

A cultura docente parece engendrar uma possível explicação da invisibilidade do corpo, da saúde e do cuidado docente no campo educacional, a qual se exprime:

- (1) no esquecimento ou na negação do corpo e das próprias necessidades ante a dedicação para com os outros;
- (2) na dificuldade em perceber, ler e interpretar sintomas do sofrimento com o trabalho;
- (3) no maniqueísmo no trato com o corpo;
- (4) no disciplinamento e no controle do corpo e das suas manifestações e expressões (seja no *habitus* professoral, seja na linguagem, psicodinâmica ou psicosomática);
- (5) na naturalização do mal-estar e dos problemas, sofrimentos e adoecimentos;
- (6) na baixa autonomia e desvalorização social que repercutem na falta de expectativas;
- (7) em certa “satisfação” ao afirmar, perante os colegas, que trabalhou até se exaurir;
- (8) no prolongamento do tempo em sofrimento e na demora em buscar ajuda profissional;
- (9) na dificuldade de enxergar e estabelecer limites referentes às demandas de trabalho, às responsabilidades assumidas e à administração do tempo de trabalho na relação com o processo de saúde-doença e a qualidade de vida;
- (10) na postura modelar de perfeição e virtuosismo, a impedir o professor de assumir sua condição humana diante dos alunos e colegas, bem como diante de dificuldades, dúvidas, necessidades, dilemas, conflitos e/ou algo que lhe escapa, que não conhece, não sabe, não consegue e que errou (e que, portanto, necessitaria de apoio e ajuda de dentro e de fora da docência, rompendo o isolamento que caracteriza o trabalho docente);
- (11) na falta de cultura colaborativa e de partilha na docência (que demanda outras formas de compreensão dos processos de formação e desenvolvimento profissional).

As situações acima mencionadas mostram como o corpo do professor, pela problemática do mal-estar, do sofrimento e do adoecimento no trabalho docente, pode expressar a narrativa coletiva de uma cultura profissional que traz imensas dificuldades para que eles reconheçam (em si e perante seus colegas, seus superiores no trabalho e a sociedade) sua condição

humana e seus potenciais como agentes sociais no âmbito do cuidado e da promoção da saúde e do bem-estar docente.

Desse modo, entendemos que as problemáticas do mal-estar e dos sofrimentos e adoecimentos dos professores precisam ser consideradas no âmbito da cultura profissional docente, levando em conta as implicações nos processos de formação, socialização profissional e desenvolvimento profissional docente, com desdobramentos no movimento de profissionalização. Outro questionamento se apresenta para fomentar reflexões e indicar possibilidades a serem desenvolvidas em estudos futuros: se o corpo do professor, pelo mal-estar, sofrimento e adoecimento, exprime narrativas de uma relação vocacional com o trabalho, podemos dizer que retroagimos pelas idades do ensino, que ainda estamos na idade da vocação e, portanto, mais distantes da ideia de docência como profissão?

Com essa perspectiva, aqui propomos algo diferente: pensar a saúde e o bem-estar de professores como elementos que substanciam o desenvolvimento profissional de professores e o projeto de profissionalização docente. Somos levados a supor que a pauta do cuidado, da saúde e do bem-estar do professor poderia contribuir para a análise da cultura e da socialização profissional docente, potencializando avanços à profissionalização - a começar por sugerir outras figuras de sentidos acerca da história coletiva dos trabalhadores docentes, do masculino e do feminino na sociedade e na profissão, das representações e dos imaginários sociais acerca da docência como profissão e das figuras do professor e da professora como profissionais, conferindo-lhes visibilidade, destaque, respeito, valorização e dignificação no campo em que se inserem - sem desmerecer nenhuma disciplina.

Nóvoa (2017) considera que o desenvolvimento profissional docente deve ser visto como um projeto contínuo, interligando a formação inicial e permanente dos professores ao longo da carreira, influenciado por fatores relativos à própria pessoa do professor e a suas necessidades e especificidades em cada fase ou etapa, levando em conta as complexidades do trabalho docente e sua contextualização histórica, cultural, organizacional e institucional. Aponta, assim, a necessidade de o

ensino evoluir de uma matriz individual para uma coletiva, e de potencializar a dimensão coletiva do professorado com valorização da colaboração e da responsabilização na aprendizagem e na construção de verdadeira formação profissional.

Silva e Heloani (2009) consideram que, para a criação desse coletivo, é necessário estabelecer relações de confiança, sem as quais não haverá possibilidade de uma pessoa se submeter ao julgamento do outro - e, no limite, trabalhar de forma cooperativa. A construção do coletivo, no interior de uma gestão heterônoma e de relações de trabalho calcadas no individualismo e na competitividade, é significativamente dificultada no cotidiano do trabalho do professor, em qualquer nível de ensino que ele possa atuar.

Nessa perspectiva, reportamo-nos a Dejours (1994) para lembrar que as relações humanas representam um fator importante da carga psíquica do trabalho. O coletivo depende então de um espaço de discussão sobre o trabalho no cotidiano, um espaço democrático em que ocorra a livre circulação da palavra, de atos de linguagem e de ações comunicativas cuja expressão flua livremente (Silva; Heloani, 2009). Isso se faz particularmente relevante quando se considera a dimensão interativa da docência: como um trabalho de interações entre os atores sociais no cotidiano escolar (Tardif; Lessard, 2005) e como uma atividade profundamente emocional, cujo apoio social desempenha papel que não pode ser subestimado (Pino Juste, 2018). Desse modo, o enfrentamento das novas formas de trabalho docente se faz possível mediante a articulação entre competências pessoais, recursos do ofício e coletivos de trabalho - considerando que sejam eles criadores de sentido, portadores de solidariedade e potencializadores da capacidade de agir e de gerar prazer no trabalho. A mobilização coletiva dos professores contra as dificuldades do ofício se nutre de sua força e constrói sua grandeza social e simbólica. As políticas educacionais deveriam incentivar a valorização da cooperação na busca pragmática de soluções para a definição de ambientes de trabalho mais propícios ao bem-estar profissional dos professores (Lantheaume, 2012).

Assim, a atenção ao cuidado, à saúde e ao bem-estar na escola não deve se restringir ao alunado, mas

deve incluir o professorado e as relações formativas nas quais estes estão envolvidos, com especial atenção para as relações sociais e a organização do trabalho docente. Entendemos ser necessário olhar para a cultura docente e a produção de sentidos do trabalho docente e do ser/estar professor (na perspectiva de transformações) quando se trata de discutir as possibilidades de um “devir” do corpo (ainda que seja o corpo sofrido, adoecido), do cuidado e do bem-estar docente, vinculados aos projetos de desenvolvimento profissional de professores e de profissionalização docente. Nessa linha, a atenção ao corpo e aos processos a ele relacionados, no âmbito da docência, pode ser promissora para a investigação da cultura docente e objetivação dos saberes docentes, bem como para o delineamento da identidade profissional dos professores.

A discussão do processo saúde-doença-cuidado docente precisa ser ampliada, de modo a superar a lógica higienista de individuação, responsabilização e culpabilização dos professores. Também para avançar em relação às abordagens sanitárias e preventistas, voltadas para as concretudes dos fatores de riscos ambientais, biológicos, físicos e orgânicos presentes nas escolas. Não se nega a importância de atenção a esses fatores ou das ações preventivas. Mas, há necessidade de se ter abordagens interdisciplinares que levem em conta aspectos políticos, sociais e culturais que interferem na formação dos professores e nas condições e na organização do trabalho docente, e que se consubstanciem no projeto de profissionalização do ensino. Por sua vez, os processos de elaboração e implementação de políticas públicas de educação e saúde - especialmente aquelas que repercutem diretamente na formação de professores e no trabalho docente e que envolvem os interesses do cuidado, da saúde e do bem-estar docente - precisam contar com o protagonismo dos professores.

Maués (2014) postula que - em uma lógica de formação de professores como cidadãos livres, críticos, ativos, engajados e abertos ao mundo, que possam contribuir com a construção de uma nova configuração de sociedade, mais justa, democrática, igualitária e solidária - uma mudança se faz necessária: os professores precisarão ser preparados em uma base de conhecimento na

qual a sua dignidade como pessoa e profissional seja respeitada – o que exige uma formação para a cidadania e as capacidades de analisar criticamente a realidade e contribuir para o bem-estar social. Então, há que se cuidar do professor: pois como esperar dele que contribua para o bem-estar social se ele próprio vivencia e sofre, em seu trabalho, um mal-estar profissional?

Considerações finais

A revisão narrativa mostrou serem crescentes o interesse, a importância e o *status* de científicidade atribuídos à problemática do mal-estar, sofrimento e adoecimento de professores, tanto no campo da educação como na saúde coletiva, e afirmou a necessidade de abordagens interdisciplinares.

Este artigo, ao tratar a problemática em questão, vinculada às dimensões sociais, históricas e culturais do trabalho docente, aos modos de ser/estar professor e à docência como profissão, mostrou que as formas como os professores percebem e lidam com seu corpo e o processo de saúde-doença-cuidado docente sofrem os efeitos dessensibilizantes e esterilizantes de uma cultura docente derivada da feminização, ainda arraigada à concepção de ensino como vocação e pautada numa visão dualista e maniqueísta relacionada ao corpo.

Neste artigo, a discussão do cuidado e da saúde de professores dialoga com perspectivas de desenvolvimento profissional de professores e de profissionalização docente. O mal-estar docente comporta narrativas da docência e encontra-se vinculado aos desinvestimentos sociais e políticos na educação pública e na carreira docente. Dessa forma, o enfrentamento da problemática demanda mudanças sociais e políticas e suscita a necessidade de os professores exercerem a profissionalidade também numa dimensão que implica preservar e valorizar sua dignidade e seu protagonismo, buscando estratégias que possibilitem a promoção do cuidado, da saúde e do bem-estar profissional – nesse redirecionamento, a formação de professores terá papel fundamental.

Por fim, este estudo enlaça a saúde e a educação no convite a pensar as temáticas do corpo, do cuidado, da saúde e do bem-estar de professores como

elementos que integram dimensões da docência e que comportam potencial para a elaboração de outros sentidos: na cultura docente e nos processos de objetivação dos saberes docentes; na organização do trabalho docente e nas relações sociais na instituição educacional; nos espaços de formação, socialização e desenvolvimento profissional; e na discussão da profissionalização.

Referências

- ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.
- BALL, S. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. *Educação em Questão*, Natal, v. 46, n. 32, p. 9-36, 2013.
- BEZERRA, F. L.; MOREIRA, W. W. Corpo e educação: o estado da arte sobre o corpo no processo de ensino aprendizagem. *Revista Encontro de Pesquisa em Educação*, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 61-75, 2013.
- BICUDO-PEREIRA, I. M. T. et al. Escolas promotoras de saúde: onde está o trabalhador professor? *Saúde em Revista*, Piracicaba, v. 5, n. 11, p. 29-34, 2003.
- BISERRA, M. P. et al. Voice and work: a study of determinants of changes through teacher's discourse. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 966-978, 2014.
- BRITO, J. et al. *Trabalhar na escola? Só inventando o prazer*. Rio de Janeiro: Edições Ipub, 2001.
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CÁRIA, N. P.; OLIVEIRA, S. M. S. S. A profissionalização do ensino e a formação para a profissão docente. *Diálogos Educacionais*, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 24-44, 2014.
- CNTE - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *Retrato da escola*: relatório de pesquisa sobre a situação dos

- trabalhadores(as) da educação básica. Brasília, DF, 2003. v. 3. Disponível em: <<https://bit.ly/2VsLVx9>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- CODO, W. (Org.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CORTEZ, P. A. et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-22, 2017.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência entre o profissionalismo e a proletarização. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.
- ESTEVE, J. M. *O mal estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: Edusc, 1999.
- ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. *Profissão professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2014. p. 93-124.
- FANTINI, L. A.; FERREIRA, L. P.; TRENCHÉ, M. C. B. O bem-estar vocal na formação de professores. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 217-226, 2011.
- FERREIRA, L. P.; MÄRTZ, M. L. W. Distúrbio de voz relacionado ao trabalho: a experiência dos Cerest. *Boletim Epidemiológico Paulista*, São Paulo, v. 7, n. 76, p. 13-19, 2010.
- FERREIRA, L. P.; SILVA, M. A. A.; GIANNINI, S. P. P. *Distúrbio de voz relacionado ao trabalho: práticas fonoaudiológicas*. São Paulo: Roca, 2015.
- FERREIRA, L. P. et al. Políticas públicas e voz do professor: caracterização das leis brasileiras. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1-7, 2009.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S.; ASSUNÇÃO, A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.
- LANTHEAUME, F. Professores e dificuldades do ofício: preservação e reconstrução da dignidade profissional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 368-387, 2012.
- LEFONE, F. R. Identidade docente: a idade da complexidade. *Cadernos de Educação*, São Bernardo do Campo, v. 15, n. 30, p. 3-26, 2016.
- LOPES, E. M. S. T. A educação da mulher: a feminização do magistério. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 22-38, 1991.
- LÜDKE, M.; BOING, L. A. O trabalho docente nas páginas de Educação e Sociedade em seus (quase) 100 números. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1179-1201, 2007.
- MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. In: SOUZA, D. T. R.; SARTI, F. M. *Mercado de formação docente: constituição, funcionamento e dispositivos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p. 37-70.
- MEIRELES, J. B. et al. O uso de medicamentos no processo de trabalho educativo nas escolas de educação infantil. *Conexões Culturais*, Jaguarão, v. 2, n. 1, p. 343-345, 2016.
- MELO, M. M. R.; VALLE, I. R. Socialização e socialização profissional: interface entre forjar e negociar outro ser. *Roteiro*, Joaçaba, v. 38, n. 1, p. 79-102, 2013.
- NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.
- OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 1, p. 17-35, 2010.
- OLIVEIRA, E. S. G.; SÁ, M. M. M. Narciso e o avesso do espelho: o lazer no imaginário do professor. *Educação*, Santa Maria, v. 27, n. 1, p. 99-111, 2002.

- PENTEADO, R. Z. Autonomia do professor: uma perspectiva interdisciplinar para a cultura do cuidado docente. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 234-254, 2018.
- PEREIRA, E. F. et al. Qualidade de vida e saúde dos professores de educação básica: discussão do tema e revisão de investigações. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Taguatinga, v. 17, n. 2, p. 100-107, 2009.
- PINO JUSTE, M. La salud ocupacional de los docentes no universitarios y su desgaste profesional. In: CANTÓN MAYO, I.; TARDIF, M. *Identidad profesional docente*. Madrid: Narsea, 2018. p. 183-197.
- PIOLI, E.; SILVA, E. P.; HELOANI, J. R. M. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, 2015.
- RODRIGUES, J. C. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- SANCHES, A. P. R.; GAMA, R. P. O mal-estar docente no contexto escolar: um olhar para as produções acadêmicas brasileiras. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 2, n. 3, p. 149-162, 2016.
- SANTANA, F. A.; NEVES, I. L. Saúde do trabalhador em educação: gestão da saúde de professores de escolas públicas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 786-797, 2017.
- SILVA, E. P.; HELOANI, R. Gestão educacional e trabalho docente: aspectos sócio-institucionais e psicossociais dos processos de saúde-doença. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 33, p. 207-227, 2009.
- SILVEIRA, K. A. et al. Estresse e enfrentamento em professores: uma análise da literatura. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 15-36, 2014.
- SOUZA, A. M.; LEITE, M. P. Condições de trabalho e repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, 2011.
- SOUZA, B. O. et al. Adesão e satisfação de professores participantes do Programa Integral de Reabilitação Vocal. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 966-978, 2014.
- TARDIF, M. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 123, p. 551-571, 2013.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão das interações humanas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- VIEIRA, J. S.; GONCALVES, V. B.; MARTINS, M. F. D. Trabalho docente e saúde das professoras de educação infantil de Pelotas (RS). *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 559-574, 2016.
- VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014.
- ZAMBON, F.; BEHLAU, M. *A voz do professor: aspectos do sofrimento vocal profissional*. São Paulo: Sindicato dos Professores de São Paulo, 2009.

Contribuição dos autores

Ambos os autores idealizaram e desenharam igualmente o estudo, concebendo sua metodologia, redigindo e revisando o artigo.

Recebido: 22/05/2018

Aprovado: 05/12/2018